A ORIENTAÇÃO VOCACIONAL E O VESTIBULAR

Mírian Paura Sabrosa Zippin Grinspun *

1. Introdução; 2. Colocação do problema; 3. Orientação vocacional; 4. Vestibular.

1. Introdução

O ensino superior tem sido analisado a partir de inúmeras variáveis , na tentativa de sua configuração no cenário educacional brasileiro. Entre essas variáveis sobressai a sua expansão, que elevou, em curto espaço de tempo, o n mero de alunos que aspira ao 3º grau de ensino. Outra variável diretamente relacionada com a anterior diz respeito à melhoria da qualidade de ensino, procurando-se elevar o padrão deste ensino consoante as exigências e necessidades do desenvolvimento econômico e social do país.

Quando a análise gira em torno da expansão e da qualidade de ensino, o objetivo de estudo tem como cerne o próprio sistema de ensino superior no Brasil; quando a análise gira em torno do aluno que procura o curso superior e a sua permanência (ou não) no curso escolhido, o centro do debate passa a ser o próprio aluno.

É evidente que um número cada vez maior de indivíduos está tendo acesso ao ensino superior. Se para uns essa expansão representa uma democratização das oportunidades educacionais, para outros ela não representa, por si só, nem a qualificação pretendida em termos de mercado de trabalho, nem a realização pessoal em termos de satisfação de suas necessidades e aspirações.

A passagem do 2º para o 3º grau está sujeita a um procedimento de avaliação: o vestibular. Esta avaliação reveste-se de uma característica apenas, que é a de selecionar e classificar os alunos. Os alunos que se submetem a este concurso ficam muito mais expostos à relação do mais apto e menos apto do que à relação de mais vocação e menos vocação para determinados cursos. Isto porque o vestibular funciona como um procedimento utilizado para escolher os melhores alunos dentre o grande

* Doutora em filosofia pela Universidade Gama Filho; professora no IESAE/FGV; especialista em educação.

número que a ele acorre, sem se dar conta da realidade ou da escolha pretendida por seus diferentes alunos selecionados.

A seletividade do exame vestibular não garante a efetividade (e eficiência) dos futuros alunos universitários.

Entre os fatos observados ao longo da nossa experiência profissional constatamos que:

– os alunos escolhem em grande parte os seus cursos sem um conhecimento *a priori* dos cursos que irão freqüentar;

– os alunos se "desencantam", de imediato do curso pretendido (ou da instituição), voltando ao exame vestibular como forma de garantir uma escolha mais acertada;

– os alunos ingressam em determinados cursos, para os quais foram aprovados, sem contudo ter uma preferência maior pelos mesmos, e sim apenas como interesse momentâneo e passageiro;

– os alunos procuram os cursos de acordo com o modismo ou com o *status* social do diploma, desinteressando-se do mesmo quando não são satisfeitas suas necessidades pessoais;

– os alunos vão-se desinteressando do curso superior para o qual foram selecionados, observando, posteriormente, com a sua experiência, que o curso não correspondia às suas expectativas.

No momento atual, abre-se amplo debate em torno do vestibular, sendo inclusive levantada a hipótese de sua eliminação para intensificar (e valorizar) a avaliação do ensino de 2º grau. Duas questões afloram nesse debate: a primeira, a quem caberá a responsabilidade (em termos coerentes e precisos) de selecionar o aluno à universidade: ao 2º grau ou à própria universidade? A segunda: terá o aluno condições de fazer uma escolha acertada em termos pessoais de ingresso no mercado de trabalho? Poderíamos desdobrar essas questões, mas a ênfase às mesmas recai sobre duas áreas: a seleção do aluno à universidade e o processo de escolha elaborado por este aluno. No primeiro caso trata-se do exame vestibular; no segundo da decisão vocacional. Acreditamos que essas duas áreas têm pontos convergentes, em termos, e que a decisão tomada pelo indivíduo terá melhores resultados se acompanhada de uma orientação vocacional eficiente.

Trazendo ao debate essas duas grandes áreas, estamos polarizando as mesmas no que diz respeito ao processo de orientação vocacional. Em outras palavras: quando o aluno chega ao momento de realizar o exame vestibular para determinada carrei-

ra, já passou por diferentes etapas do processo de escolha, optando por uma decisão que, se não é a melhor, é a que ele julga mais acertada. Percebe-se que, se esse processo for acompanhado por uma orientação mais específica, o indivíduo ficará mais seguro para decidir. Segundo Crites[1], a orientação vocacional tem a função de ajudar o indivíduo a decidir por uma ocupação e adaptar-se a ela. Esta ajuda não tem que ser feita num determinado momento, pois, como diz Ginzberg[2], a escolha ocupacional é um processo contínuo; não é uma simples decisão, mas uma série de decisões feitas durante um período de anos. Cada passo é significativo não só em relação às etapas anteriores como às subseqüentes. Se levarmos em consideração que essa escolha representa um "compromisso com o futuro", o processo decisório reveste-se ainda de maior significado, sendo, porém, esse processo mais atendido na medida em que ele seja mais bem orientado.

2. Colocação do problema

A educação, enquanto fenômeno concreto, apresenta-se como uma mediação inserida numa realidade social global. Os diferentes aspectos da educação articulam-se entre si como um todo orgânico, que, por sua vez, se (inter) relaciona com o contexto histórico onde ele se desenvolve. A característica mediacional pondera os dois campos aqui identificados: a educação, com suas diferentes abordagens e teorias que elucidam o seu próprio processo, e o contexto histórico, com todos os seus matizes que tendem a explicitar a própria contextualização da educação. Se o campo educacional guarda a especificidade de suas questões, a prática social (contexto) apresenta a historicidade daquelas questões. O indivíduo, enquanto educando, sofre e interfere no processo educacional; e,por ser indivíduo (uno), há uma relação direta da sua história de vida com a (e inserida na) história de seu próprio povo. Ora, toda a tomada de decisão que ele, indivíduo, faz não é só fruto de sua decisão pessoal, mas é também resultado das interferências determinadas pelo momento histórico vivido por esse indivíduo.

A orientação vocacional pretende articular esses campos, evidenciando que as escolhas resultam de um conjunto de tomadas de decisão em diferentes níveis. Identificamos o exame vestibular como uma etapa do processo educacional e, como tal, representando um aspecto da própria educação. Encará-lo como fato isolado é o mesmo que falar da educação apenas identificando um lado da questão; isto é, o ensino está bom (ou ruim) apenas porque um deteriminado número de alunos logrou

[1] Crites, John. *Psicologia vocacional*. Trad. Nora Dottori e Silvia Vitrano. Buenos Aires, Paidós, 1974. p. 36. (Biblioteca de Psicología y Sociología Aplicadas.)

[2] Ginzberg E. et alii. Occupational choice - an approach to a general theory. New York, Columbia University Press, 1951. p. 186-98. In: Ferretti, Celso, org. *Teorias da escolha vocacional* — textos selecionados para o curso promovido pela Associação dos Orientadores Educacionais do Rio de Janeiro, out. 1976. Rio de Janeiro, Aderj, s.d.

êxito (ou não) nos exames vestibulares. A referência ao exame vestibular, sobrepondo-se às demais fases de escolarização do indivíduo, não só o supervaloriza, como também não dimensiona na categoria específica de uma *avaliação.*

O exame vestibular enquanto mecanismo de seleção distorce a realidade, identificando o êxito escolar (ou fracasso) apenas a nível individual, eliminando o nível institucional ou do próprio sistema social que o promoveu.

O exama vestibular para as universidades assumiu tal "poder" que chegou ao ponto de determinar mudanças curriculares no ensino de 2º grau, a fim de atender às exigências por ele preconizadas. Neste momento, o exame vestibular enquanto é avaliação deixa de revestir-se do seu caráter classificatório, para tentar assumir o caráter diagnóstico. Mas, na medida em que se faz uma diagnose, presume-se que haja uma correspondente "tomada de decisão". Pergunta-se: qual tem sido a tomada de decisão que o vestibular vem assumindo em termos individuais, em termos do próprio aluno objeto e objetivo de sua existência? Como tem sido analisado o ingresso desse aluno nas universidades, uma vez que seu papel é basicamente seletivo e classificatório? O vestibular é um mecanismo eficiente ou é um "mal necessário", ou é uma "superprodução" do cenário educacional?

O problema que tentaremos evidenciar está no bojo do exame vestibular e do seu *significado* para o sistema educacional brasileiro, considerando o aluno um condutor e artífice desse sistema aludido. Não se está eliminando, *a priori*, a necessidade do vestibular, mas se está enfatizando a própria necessidade de rever esse papel do vestibular enquanto indicador para uma seleção profissional. A finalidade desse exame é a *seleção*; a finalidade do comportamento do aluno é a *escolha.*

Cabe por outro lado uma colocação: se a orientação vocacional (em tese) se propõe a auxiliar os indivíduos a decidir, e se esses indivíduos decidem, em sua grande maioria, independentemente de uma orientação vocacional, ela também é um processo eficiente ou ela é desnecessária, ou precisa ser revista nos seus objetivos?

Está colocado o problema, chamando-se a atenção, porém, para o fato de que a orientação vocacional, hoje, na realidade brasileira, pretende trabalhar muito mais a questão da decisão, como um todo, do que carrear para o indivíduo, única e simplesmente, a responsabilidade de escolher e decidir. O processo de escolha é complexo; há uma interdependência de vários fatores, não estando *apenas* no indivíduo os indicadores que respondem por uma escolha acertada.

3. Orientação vocacional

Existe uma diferença entre os termos *vocation*, em inglês, e "vocação", em português. Enquanto os dicionários Larousse e Caldas Aulete "traduzem" o termo voca-

ção com o significado de "chamamento", o dicionário Webster inclui em *vocation* os significados de "emprego regular, ocupação e profissão". Para Aurélio, a vocação representa "uma escolha, um chamamento, uma predestinação". Ao termo "vocação" é dado aqui um significado mais abrangente, mais genérico, envolvendo os diferentes aspectos que deram origem a este vocábulo. O termo profissão é mais específico e diz respeito a uma determinada ocupação ou carreira que o indivíduo realiza.

Utiliza-se a expressão vocação, em termos de orientação, com o significado de profissão, carreira, ocupação.

Assim, neste artigo, quando se fala em orientação vocacional, ao que na realidade nos referimos é a uma orientação profissional.

Em termos históricos, a orientação profissional tem uma trajetória bem enriquecida de fatos no desenvolvimento de seu processo. No Brasil, podemos dizer que ela surge, em 1924, com os trabalhos de Mange na Estrada de Ferro Sorocabana, procurando a seleção dos mais aptos para a profissão ferroviária.

O que nos chama a atenção nos primórdios da orientação profissional é seu caráter psicologizante, privilegiando o aspecto individual no processo da escolha. Ao conceber o indivíduo com determinados atributos para determinada profissão, a orientação procurava adequar o homem certo ao lugar certo. Dentro desta visão, a orientação criava nele a impressão de que era apenas ele quem decidia, pois, o indivíduo psicologicamente já estava determinado com sua "bagagem de aptidões". Nesse sentido, a orientação partia do princípio de que a vocação era inata e que os requisitos ocupacionais permaneceriam os mesmos ao longo de seu processo. Bastaria, pois, identificar, pelos testes específicos, a vocação do indivíduo para identificar a profissão que lhe deveria corresponder. As teorias que respaldam esta abordagem, como as de Holland, Roe, Ginzberg, Super, partem do pressuposto de que a escolha profissional é um processo complexo, onde há a interferência não só dos fatores individuais como dos fatores circunstanciais (sociais). Enfatiza-se, porém, a dimensão biopsíquica, sendo os demais dados caracterizados como influenciadores ou modificadores do perfil inicial. Essas teorias indicam a escolha como algo individual e pessoal; as "diferenças individuais" é que levarão os indivíduos a escolherem diferentes caminhos profisssionais.

A orientação vocacional, hoje, tem uma atuação mais dinâmica e mais aberta. O indivíduo não é encarado apenas no seu aspecto biopsicológico. Por ser um produto coletivo, ele recebe influências e interfere nas diferentes áreas sociais em que se desenvolve. Na medida que o indivíduo interfere, transformando o mundo, ele também se transforma, se modifica.

A orientação vocacional não valoriza apenas um momento do processo de escolha individual, mas reconhece a importância desse mesmo processo como um todo, como uma síntese das diferentes abordagens existentes. A orientação vocacional valoriza o ser historicamente posicionado; como tal, não serão unicamente os fatores individuais os mais importantes, e sim a síntese dos múltiplos fatores que se apresentam naquele momento histórico.

A partir desse conceito, a orientação vocacional vai ajudar o indivíduo a compreender-se e a relacionar a sua escolha profissional com os diferentes aspectos que ela envolve. Não se trata mais de uma orientação voltada para "o homem certo no lugar certo " e sim uma orientação que discute o significado da escolha, da liberdade de opção e do próprio direito (ou dever) de tomar decisões.

A orientação assume um papel mais crítico no contexto educacional e sua atuação não se dirige somente a habilitar o indivíduo a escolher melhor, mas a discutir com ele como se realiza esse processo de escolha.

Com estas características, a orientação vocacional se preocupa mais com o aspecto educacional do indivíduo do que, apenas, com o aspecto psicológico.

Esse aspecto psicológico dominou, por longo tempo, os estudos relativos à escolha vocacional, recaindo no próprio indivíduo a responsabilidade de sua decisão. Esta decisão valorizava mais os indicadores pessoais do que a complexa interação dos indicadores pessoais e sociais. A ênfase atribuída à orientação vocacional através dos testes psicológicos acarretou uma visão distorcida dessa orientação, privilegiando a identificação das características pessoais como responsáveis pelo sucesso profissional. Uma série de conceitos sofre hoje a revisão de sua própria fundamentação, e a discussão dos mesmos interfere, diretamente, na análise das condições mencionadas. Entre esses conceitos poderíamos destacar: aptidão, inteligência, interesse, personalidade. A análise desses conceitos, hoje, deve reunir não só a fundamentação dos mesmos à luz da psicologia diferencial, como também do papel que eles representam sob a luz de uma ideologia que reforçou as desigualdades pessoais como condição *sine qua non* das desigualdades sociais. Por outro lado, sem a psicologia não se entenderia a escolha vocacional como um ato individual, pessoal.

Toda a história da orientação vocacional, desde o primeiro documento de que se tem notícia — em 1575, do médico Juan Huarte — até a década de 50, enfatizava mais o aspecto do estudo das aptidões individuais. Havia, sempre, um esforço em caracterizar cientificamente as aptidões, assim como as diferentes ocupações. Na medida em que se acredita que as aptidões são inatas, à orientação caberia elaborar instrumentos precisos e válidos para detectar essas aptidões e colocá-las diretamente sob a dimensão das respectivas ocupações. A escolha vocacional, em nível individual, ficava menos comprometida, isto é, não era o indivíduo quem decidia e sim a fidedignidade dos resultados. A escolha vocacional era encarada como uma época espe-

cífica – geralmente ao final da segunda série do 2º grau – da vida do indivíduo; hoje a orientação não se restringe a um momento, mas se desdobra em vários momentos, considerando o indivíduo uma pessoa dotada de características próprias, mas que se desenvolve num meio sócio-cultural, político e econômico que também lhe é próprio e específico.

Cabe assinalar os estudos de Ginzberg – um economista de tendências freudianas – como marco importante que modifica o curso dos trabalhos em orientação vocacional. Ginzberg apresentou uma teoria, em 1951, que definia a escolha vocacional como um processo de desenvolvimento que se estende desde os últimos anos da infância até a idade adulta. Com a teoria de Ginzberg, observa-se que a escolha vocacional não se prende a um momento fixo e decisivo. Outras teorias vieram juntar-se a esta numa complexa rede de informações que tentam elucidar o processo de tomada da decisão vocacional.

As teorias da escolha vocacional, fundamentando o processo da orientação vocacional, auxiliam essa decisão do ponto de vista crítico e racional. Não temos a pretensão de outorgar à orientação vocacional o papel de legitimadora das preferências profissionais e do acesso ao mundo do trabalho, mas sim em ratificar a importância daquela orientação como um *meio* de auxiliar o indivíduo a obter melhores informações sobre si mesmo e sobre o campo profissional. Enquanto possibilita esse conhecimento, a orientação vai possibilitar, também, que o indivíduo domine uma metodologia que o leve a tomar decisões profissionais mais conscientes – tanto quanto possível – do seu universo pessoal e da área profissional.

Poderíamos identificar nas modernas teorias da escolha vocacional as seguintes evidências:

– quem escolhe é sempre o indivíduo, que pode ou não deixar-se "influenciar" por aspectos que não são inerentes à sua bagagem pessoal;

– o processo de escolha vocacional pode ser explicado, assim como o resultado que dele se espera;

– as explicações do processo de desenvolvimento vocacional feitas à luz da sociologia e da economia não recebem o mesmo respaldo "vocacional" que à luz dos fundamentos psicológicos;

– existe grande complexidade na tarefa de escolha, admitindo-se a interferência de fatores sociais e ambientais na análise pessoal;

– as diferenças individuais é que favorecem a decisão entre as diferentes escolhas profissionais;

– o papel do orientador vocacional não fica muito esclarecido na maioria das teorias; supõe-se que ele deve ter um domínio tal da teoria que facilite o processo de decisão;

– as teorias desenvolvimentistas mostram-se mais voltadas para o *processo* de escolha do que para o *momento* da decisão; o indivíduo realiza sua escolha a partir de um conhecimento maior sobre suas próprias possibilidades e potencialidades.

A escolha vocacional analisada através desta fundamentação teórica remete-nos a uma outra categoria de evidências, agora sob a égide de uma postura filosófica:

– quem escolhe e como escolhe?

– se todos podem escolher indiscriminadamente, qual o significado desta liberdade de escolha?

– os processos de escolha sendo desenvolvidos da mesma forma podem ser trabalhados com todos os indivíduos?

– por que a dimensão psicológica tem que ser substituída por uma dimensão sociológica? Não seriam as duas complementares, em vez de serem identificadas como superpostas?

– quais os valores que permeiam o ato da decisão vocacional? Serão eles mais econômicos ou mais psicológicos? Mais pedagógicos ou mais culturais?

– as instituições de ensino superior estão mais voltadas para liberdade de escolha do indivíduo, ou para o indivíduo escolhido pela liberdade institucional?

– a orientação vocacional analisa criticamente a sua prática? A partir de que teoria é desenvolvida a orientação vocacional para os alunos, principalmente, no 2º grau?

– se a escolha vocacional feita pelo indivíduo independe de orientação vocacional, se a orientação vocacional independe de uma análise do processo educacional, seria a educação um ato de escolha consciente e racional ou uma decisão aleatória e irracional (em termos individuais)? Em outras palavras: a educação envolve a orientação vocacional – que por sua vez se envolve com a tomada de decisão quando auxilia "uma pessoa a escolher uma ocupação, a preparar-se para ela, ingressar e progredir nela".[3]

[3] Associação Nacional de Orientação Vocacional. 1937. Apud Crites, John. op. cit. p. 35.

A complexidade da escolha não se esgota na tomada de decisão, mas se inicia no momento de se decidir entre os vários caminhos com que na própria vida nos defrontamos. A educação não pode ficar à margem desse processo sob pena de não efetuar aquilo a que etimologicamente ela se propõe: guiar, orientar, ajudar o próprio indivíduo na sua tarefa de *vir a ser.*

4. Vestibular

O exame vestibular — concurso de seleção para o ensino superior — se vem revestindo, ano após ano, de uma dramaticidade de especulação, que já deixou para trás o seu papel classificatório na contextura educacional, para assumir um papel decisório na tessitura emocional dos alunos e familiares.

No início de nosso trabalho chamamos a atenção para o poder que se multiplica a cada ano nas instituições que gerenciam o exame vestibular. Esse exame deixou de se constituir numa avaliação, para passar a ser uma determinação no processo de escolha profissional. Existe, é óbvio, uma influência muito grande do vestibular sobre os níveis anteriores, da mesma forma que se observam as suas conseqüências sobre o ensino suprerior.

Desde há muito, o exame vestibular vem sendo objeto de estudo dos educadores. Com o advento, principalmente, do exame unificado, das novas metodologias, o vestibular tem merecido uma série de análises e reflexões que transcedem o aspecto puramente acadêmico do concurso. Ele hoje não é somente uma "ponte" entre dois segmentos de ensino, mas sim representa um conjunto de idéias que repercutem as idéias (e valores) contidas nas dimensões política, social, econômica, cultural e pedagógica do país.

Na medida em que o vestibular tem merecido uma análise mais profunda, surgiram inúmeros trabalhos, pesquisas[4] e artigos que tratam de estudá-lo sob a luz dos diferentes fatores e dimensões mencionados.

Não estamos realizando um estudo específico sobre o vestibular, mas sim identificando os pontos que nos parecem ser fundamentais e entre os quais existe uma relação mais significativa no que tange à escolha vocacional. É objetivo desta parte do trabalho identificar algumas questões básicas do acesso à universidade, considerando entretanto que este é o único instrumento que o indivíduo dispõe para ingressar pela primeira vez no 3º grau.

[4] Sugiro a leitura da pesquisa, promovida pela Capes, sobre os Quinze anos de vestibular (1968 a 1983) coordenada pela Profª Maria Aparecida Ciavatta Franco.

Passemos, então, às considerações que achamos pertinentes ao assunto.

Em 1968, o grupo de trabalho destinado a estudar a reforma universitária apresentou ao presidente da República uma série de sugestões, dentre as quais surge a "unificação crescente do vestibular, de início por grupo de cursos afins e mais tarde abrangendo todos os cursos de uma universidade, depois de várias universidades e escolas isoladas até alcançar o âmbito de regiões do país".[5]

A Comissão Nacional instituída pelo presidente da República, em 1985, para oferecer subsídios à formulação de uma nova política para a educação superior, apresenta entre os princípios da nova política um item sobre a democratização do acesso àquela educação. Assinala a comissão que:

"Os exames vestibulares para as universidades públicas e gratuitas aprovam preferencialmente, estudantes oriundos de escolas de 2º grau privadas e caras; aos demais, restam os estabelecimentos privados pagos e freqüentemente de menor qualidade (. . .) O público que busca o ensino superior é também muito vasto. Há evidências de que os que terminam o 2º grau e se dirigem imediatamente às universidades e escolas superiores já são hoje minoria. Grande parte dos atuais estudantes de nível superior são pessoas de mais de 25 anos de idade, já empregadas e que buscam nos estudos uma possibilidade e aprimoramento e melhoria profissional."[6]

Esta afirmação vai levar necessariamente a uma revisão nos aspectos da formulação do exame vestibular a partir de 1968, ou melhor, na forma pela qual foram considerados os critérios para a sua efetivação. Desde a sua implantação em 1968, até o presente momento, ocorreram modificações nos objetivos, nos procedimentos metodológicos, critérios, etc. Não estaremos enfocando a metodologia empregada, mas procuraremos enfatizar alguns pontos fundamentais e em termos de uma proposta pedagógica.

Para o Prof. Jorge Ferreira da Silva[7], existem três áreas diretamente envolvidas com o exame vestibular:

– o ensino de 2º grau;

– as instituições de ensino superior;

[5] Niskier, Arnaldo & Cunha, Fátima. *Administração da escola; uma gerência inovadora.* Rio de Janeior, Bloch, 1985. p. 150.

[6] Informe do Ministério da Educação. *Veja*, Abril, n. 191, 11 dez. 1985.

[7] Entrevista pessoal concedida à autora.

– o estudante (abrangendo o seu campo pessoal, familiar social, etc.).

Partindo das apreciações e comentários do Prof. Jorge Ferreira da Silva, procuraremos verificar e comentar os aspectos principais das áreas aludidas.

4.1 *O ensino de 2º grau*

Considerando o 2º grau a via de acesso normal ao ensino superior, é claro que a supervalorização de um mecanismo de seleção pode estrangular, ainda mais, um segmento de ensino. Já ficou comprovado que os currículos das escolas "melhores" são aqueles capazes de "suportar" a passagem para a universidade. Neste caso, os alunos de menor poder aquisitivo – que não cursam as ditas melhores escolas – já foram selecionados *a priori* e assim terão menos chance que os demais alunos. O 2º grau, que por si só recebe um contingente menor de alunos, teria uma seleção paralela na medida em que o seu próprio ensino seria um "divisor de águas", ou melhor, um divisor de aspirações e expectativas para o 3º grau.

Quando foi criado o ensino profissionalizante através da Lei nº 5.692/71, tinha-se a pretensão de diminuir o plano de acesso dos alunos oriundos do 2º grau à universidade, oferecendo-lhes uma formação especializada, a nível técnico (ou de auxiliar técnico), que lhes possibilitem o ingresso no mercado do trabalho de forma imediata. Por uma série de razões – que não nos cabe elucidar aqui – a experiência foi mal sucedida, e a Lei nº 7.044/82 veio alterar os dispositivos da lei anterior referente ao ensino profissionalizante. Uma questão, porém, serve de reflexão geral: por que a proposta de profissionalização foi rejeitada por professores, alunos, pais e comunidade?

A força do vestibular foi "empurrando" para os lados toda proposta pedagógica explicitada na Lei nº 5.692/71. Era comum encontrarmos alunos em cursos profissionalizantes cujas cargas horárias privilegiavam as matérias do núcleo comum, como forma de assegurar uma preparação para o vestibular. A prática nos evidencia que, em regra, o aluno que atingiu o 2º grau quer continuar os seus estudos, ou de outra forma "quer entrar na faculdade". O título de "doutor" pode ser considerado numa escolha profissional mais valorativo do que a possibilidade imediata no mundo do trabalho? A escolha profissional pode ser feita em função do vestibular?

Cabe lembrar, porém, o que diz Vianna: "A maioria dos candidatos chega à universidade sem plena consciência da sua opção profissional. A decisão tomada durante o 2º grau, com vistas ao concurso vestibular, é precária e feita a partir de bases impressionistas."[8]

[8] Vianna, Heraldo M. Provas e testes no concurso vestibular. *Educação e Seleção*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, *12*: 61-2, jul./dez. 1985.

Valnir Chagas,[9] analisando o vestibular e o ensino de 1º e 2º graus, afirma que a reforma universitária (cabe lembrar que esta legislação surgiu quase três anos antes da do ensino de 1º e 2º graus), ao disciplinar o vestibular, também caracterizou os conhecimentos comuns às diversas formas de educação de 2º grau como simples meios *para* avaliar: a) a formação recebida pelos candidatos — um diagnóstico a ser confirmado, corrigido ou informado no primeiro ciclo de graduação; b) a sua *aptidão* intelectual para os estudos superiores.

Diz o autor: "Os dois objetivos têm a sua hierarquia, já que o primeiro é instrumental para o segundo; mas nenhum deles se tem cumprido, levando a que muitos indiquem de ilegais todos os concursos realizados desde então."

E prossegue:

"Este último argumento é formal e conta pouco. O que importa é usar inteligente e oportunamente a força do vestibular para dar *realidade ao ensino de 1º e 2º graus como ele deve ser*, considerando-o em todas as suas dimensões" (o grifo é nosso).

O que temos procurado resgatar nesta análise que estamos fazendo é a identificação de cada fase do processo educacional como necessária ao *continuum* da educação; desta forma, não será o vestibular que dará *realidade ao ensino de 2º grau*, e sim o 2º grau deve ter uma estrutura e funcionamento próprios independentes da "força do vestibular".

Na medida em que o vestibular pretende "diluir-se" por todo o 2º grau, fazendo com que haja uma avaliação paralela durante todo esse período (uma das novas propostas com vistas à seleção ao 3º grau), mais uma vez dar-se-ão forças a um sistema de seleção (ou às instituições que promovem o vestibular unificado). Esta *força* extrapolará qualquer indicador do ensino e aprendizagem, a não ser a ilusão de que se está "avaliando" melhor o aluno durante o 2º grau. Não podemos conflitar os papéis: cada momento é único e preciso na escolaridade. Os currículos devem ser elaborados a partir das características e necessidades deste segmento do ensino e não voltado apenas para o "que cai no vestibular".

Cláudio Moura Castro diz:

"Na prática, as escolas perdem sua liberdade para um ensino mais variado, mais criativo e mais experimental, ficando atadas a uma cópia cega e servil dos conteúdos exigidos no vestibular (. . .) Há, portanto, uma perniciosa mudança de centro de gra-

[9] Chagas, Valnir. O vestibular e o ensino de 1º e 2º graus. *Educação Brasileira*, Brasília, Crub 5: 201-2, 2º sem. 1980.

[10] Castro, Cláudio de M. Sua Excelência, o vestibular. *Educação e Seleção*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (3): 3-16, 1981.

vidade no processo de ensino. Um mero processo de seleção passa a ser o epicentro do ensino médio, fazendo com que as escolas venham perdendo sua liderança."[10]

O 2º grau existe não para atender ao vestibular, e sim o vestibular foi criado como uma forma de selecionar os egressos do 2º grau de ensino.

Cabe assinalar, mais uma vez, a necessidade de se reverem as teorias de escolha vocacional, procurando verificar e analisar o processo que ocorre no momento da escolha. A partir deste posicionamento, concordamos com as afirmações de Vianna, que diz:

"Seria aconselhável que o estudante, antes do concurso vestibular, dispusesse de informações provenientes de diferentes fontes (aptidão escolar, aptidões especiais, interesses, atitudes e valores . . .) que lhe permitissem um posicionamento mais realista sobre o seu futuro."[11]

As informações recebidas favoreceriam o conhecimento de suas características pessoais, assim como a discussão de áreas diretamente ligadas ao tema: identidade profissional, autoconceito, liberdade de opção, mercado de trabalho, relação empregado-empregador.

4.2 *As instituições de ensino superior*

Outra área diretamente ligada ao vestibular é representada pelas instituições de ensino superior. Segundo o Prof. Jorge, as instituições deveriam indagar neste sentido: quem entra na universidade? Como entram esses alunos? Poderíamos acrescentar: de fato o vestibular escolhe os melhores? Eles são melhores em que — educação geral, aptidão para o curso específico, maturidade emocional e intelectual, experiência, desempenho acadêmico, etc.?

Caso as instituições quisessem continuar a sua análise reflexiva, procurariam as respostas às questões: por que os alunos abandonam os cursos superiores? Por que eles não correspondem às suas expectativas ou às expectativas das instituições? Os melhores alunos que ingressam nas IES (instituições de ensino superior) serão os melhores alunos durante os cursos? Quem são os bons alunos? Quais são as aptidões dos alunos para esses cursos? De que forma é feito o "investimento" no futuro profissional?

As finalidades do vestibular, em termos das IES, são colocadas de forma explícita ou não. No primeiro bloco está a finalidade administrativa — "recurso mais racional para a distribuição de vagas" — e a finalidade pedagógica, que é a de "avaliar a for-

[11] Vianna, H.M. op. cit. p. 62.

mação recebida pelo candidato a sua aptidão intelectual para o ensino superior". Esta aptidão nunca ficou muito clara do ponto de vista acadêmico. O que é aptidão intelectual? Como se mede essa aptidão? Apenas os testes de escolaridade respondem por esse quesito? Nas funções não-explícitas, Santos diz que o vestibular "a) legitima a exclusão dos que não são convocados, por garantir uma democraticidade que estaria na base do sistema ao realizar de maneira unificada e sobre o conteúdo comum. O sistema está montado para parecer democrático e assim é visto pelo grande público; b) o vestibular seleciona para o ensino superior candidatos dos estratos médio e médio-alto da sociedade, exatamente aqueles que não necessitam preocupar-se com habilitação profissional ao nível de 2º grau, participando de um processo de legitimação da escola como instrumento de reprodução de uma sociedade estratificada; c) legitima a diplomação porque garante à sociedade que os diplomas correspondem a um saber provado, uma vez que os incapazes foram excluídos".[12]

Acreditamos que as mudanças que ocorrem no vestibular (em termos metodológicos) não atendem aos objetivos do curso superior. A prova objetiva ou discursiva por si só não assegura a qualidade do "produto de chegada". O desempenho acadêmico do aluno universitário não reflete muito se ele "saiu-se bem na redação ou não". Não se mede o aluno por um exame de seleção, mas se avalia um aluno por um processo de maturação. Se em 1978 a redação do vestibular solicitava que os alunos escrevessem sobre o que achavam do vestibular e em 1986 apresenta para interpretação os versos da Ode 414 de Fernando Pessoa, isso não quer dizer que entrarão para os diferentes cursos os melhores, e sim aqueles que tiveram melhores condições para se preparem para o concurso (lendo mais, discutindo mais, estudando mais, etc.).

Baseando-se nestes pontos levantados, parece-nos que são as IES que sabem qual o aluno que querem nos seus cursos e a *forma* de recebê-los. O exame vestibular poderá até continuar existindo, mas cabe à universidade o papel de selecionar este aluno. Se esta tarefa é passada a outra instituição sem a *presença* de posicionamento desta universidade, o exame vestibular é feito por alguém que desconhece os objetivos e a filosofia dos diferentes cursos que os alunos irão freqüentar. Isso porque o vestibular não é apenas uma forma de o aluno *entrar* na universidade, mas uma forma de garantir a permanência do mesmos no curso escolhidos.

A natureza do vestibular precisa ser revista em termos do que se propõem as diversas instituições de ensino superior. Parece-nos que são algumas dessas revisões que têm levado à saída de algumas instituições do exame vestibular unificado.

[12] Santos, Wlademir dos. *O vestibular como forma de acesso ao ensino superior. Educação Brasileira,* Brasília, Crub, *5*:223, 2º sem. 1980.

4.3 *O estudante*

De todas as áreas levantadas, o estudante, sem dúvida alguma, é o centro de todo o processo de escolaridade. As indagações aqui levantadas pelo Prof. Jorge Ferreira da Silva são da seguinte ordem: quem é esse estudante que chega à universidade? Como ficamas suas expectativas e as da família para esse exame? Aprofundando a reflexão, indagaríamos: quais as variáveis que interferem no momento da escolha profissional

– universidades públicas ou privadas, relação candidato-vaga por curso, cursos de menor duração, experiências anteriores malsucedidas ou bem-sucedidas, preparação anterior nos cursos de 2º grau ou supletivos, etc.?

O que fica claro é que esse estudante é a peça principal de todo o sistema educacional. As instituições, nos diferentes graus de ensino, procuram minimizar as falhas, sofisticando até os concursos de seleção. Não conhecemos nenhum questionário ou investigação que parta das preocupações e expectativas do próprio aluno. Em outras palavras, se o vestibular é uma forma de democratização das oportunidades educacionais, como diz o Prof. Jorge, por que não perguntar ao aluno se ele quer ser submetido a esse exame? Por outro lado, os profissionais da seleção poderiam perguntar: o aluno tem como provar, de outra maneira, que ele está apto para o curso pretendido? Como se selecionariam os melhores para a universidade?

Não é nossa intenção demagogizar o problema, mas sim chamar a atenção das autoridades competentes para a "força" que tem sido agigantada para esse exame, mostrando que o aluno fica muito exposto a esse processo, sem contudo se evidenciar para ele que esse é o "melhor" processo de seleção. A família, os "cursinhos", a imprensa, as instituições, enfim todos os diferentes setores da sociedade vivem esse momento de maneira mais abrangente possível, fazendo prevalecer o seu ponto de vista, esquecendo que esse exame existe a partir do aluno e para chegar a atender (pelo menos é o que se espera) as expectativas e necessidades do aluno.

Quando se detecta que o 2º grau não atende às necessidades preconizadas pelo exame vestibular, quando por outro lado "pensa-se" numa avaliação paralela do 2º grau para atender a uma seleção mais precisa e fidedigna, perguntamos: como fica o processo de ensino-aprendizagem desse aluno ao longo desse 2º grau? E, se o aluno não quiser ser avaliado paralelamente para esse ingresso no 3º grau, ele poderá optar? Quem garante ao aluno a eficiência do ensino que ele vai receber – a escola de 2º graum as instituições de ensino superior, a instituição que "cuidará" do vestibular ou o próprio aluno? Como o adágio popular diz que "in dubio pro reo", continuamos apostando no próprio aluno como forma de lutar e defender uma formação mais precisa, melhor qualificada e que atenda a um processo de escolha racional e consciente.

Nesse momento restam as indagações: e a escolha vocacional, é responsabilidade de quem, em termos de orientação vocacional? Ele pode optar? Pode; é o que vem sendo feito, só que em termos aleatórios e imprecisos. Por isso é que acreditamos em orientação vocacional. Acreditamos numa orientação vocacional em todos os segmentos de ensino capaz de ajudar o aluno no seu processo de escolha, dando-lhe as "ferramentas" necessárias para que ele faça escolhas satisfatórias.

Acreditamos numa orientação vocacional que oriente o aluno não apenas para a escolha dos cursos para o vestibular, mas para a crítica desses cursos em nível superior e da sua própria visão de homem dentro da sociedade.

Acreditamos numa orientação vocacional voltada para a sociedade e para a transformação da mesma em termos dos valores pertinentes à sua época e ao momento histórico em que ela vive.

Acreditamos numa orientação vocacional que mostre ao aluno o aspecto da instrumentalização e da formação da educação.

Acreditamos numa orientação vocacional "vocacionada" para os valores da liberdade de opção, igualdade de decisão e oportunidade de democratização.

Ao atingirmos esse momento, talvez tenhamos atingido as pretensões do ministro da Educação, Marco Maciel:

"(. . .) esta é a educação que interessa ao regime democrático: educação para a liberdade, educação para o desempenho dos direitos cívicos do homem livre e do cidadão ativo. Educação vocacionada para a cidadania, para o pluralismo em todos os sentidos, educação para a vida, para a tolerância, para o contraditório e para o respeito às convicções alheias, educação para a disputa democrática, para a vida participativa."[13]

Acreditamos na orientação vocacional porque acreditamos no homem que tem o direito de ser livre, ser igual aos outros mantendo a sua diferença individual e ter as mesmas oportunidades mantendo a sua semelhança com todos os demais indivíduos da sociedade em que vive.

[13] Maciel, Marco. Educação superior, sua reformulação. *Folha de São Paulo,* 8 de maio 1985. p. 3.